

Artigos Originais

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O QUE DIZEM AS PROFESSORAS DAS SALAS REGULARES?

Original Articles

SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE: WHAT IS THE OPINION OF TEACHERS IN REGULAR CLASSES ?

Andreia Nakamura Bondezan*

<http://lattes.cnpq.br/9661846112727279>
an.bondezan@hotmail.com

Áurea Maria Paes Leme Goulart**

<http://lattes.cnpq.br/4480987774260529>
amplgoulart@yahoo.com.br



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil -
eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca da política educacional referente ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) destinado às pessoas com deficiência matriculadas em escolas regulares e a compreensão que as professoras das salas comuns têm deste ambiente educativo. Este trabalho está amparado nas leis e decretos que regem o AEE em nosso país e em autores que estudam este tema, tais como Garcia (2008); Barreto (2008); Alves (2006) e Mendes (2002). O trabalho de campo foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com 24 professoras da rede municipal de educação da cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. Os resultados mostram que a maioria das professoras não conhece a real função da sala de recursos, pois, acreditam que esta tem como objetivo dar um reforço aos alunos que não aprendem em sala de aula regular. No entanto, ressaltam que este é um trabalho necessário e que auxilia na aprendizagem das crianças. Outro fator de destaque é que existe a necessidade de um maior número de salas de recursos para atender a todas as crianças que são avaliadas e encaminhadas para este atendimento e, ainda, a impossibilidade de muitos pais em deixar que seus filhos participem das aulas no contra turno. Estas constatações nos remetem a necessidade de maiores esclarecimentos a professores e pais acerca da função do AEE e da relevância deste atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

* Docente – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – campus de Foz do Iguaçu. Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

** Professora Aposentada do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

Palavras-chave: atendimento educacional especializado. sala de recursos multifuncionais. educação inclusiva.

ABSTRACT

This article aims to present an analysis about the educational policy on Specialized Educational Attendance (SEA) for deficiency-bearing students enrolled in regular schools, and the understanding of the teachers from regular classrooms about this educational environment. This article is based on the Brazilian laws and ordinance on Specialized Educational Attendance, as well on specialized authors such as Garcia (2008), Barreto (2008), Alves (2006) and Mendes (2002). The field research consisted of semi-structured interviews with 24 municipal teachers in Foz do Iguaçu PR Brazil. The results showed that most teachers did not understand the function of resources classroom since, in their opinion, it aimed to support students who don't learn in regular classrooms. However, those teachers said the resources classrooms were necessary and that they helped in the children's learning effort. Another prominent factor is the need of a greater number of resource classrooms, for all the students who are evaluated and forwarded to such attendance and, moreover, the parents impossibility to send their children to participate in supplementary classes. These observations show the need of further information to teachers and parents about the SEA role, and its relevance in the attendance of students with special needs.

Keywords: specialized educational attendance. multi-functional resource classroom. inclusive education.

INTRODUÇÃO

A educação da pessoa com deficiência possui um histórico de exclusão e abandono. Com o processo denominado de inclusão escolar, alunos com diferentes deficiências e necessidades educacionais especiais (NEE), são matriculados nas escolas regulares e precisam de um atendimento que os auxilie no processo de aprendizagem.

A política educacional brasileira prevê que haja, nas escolas regulares ou instituições especializadas, um Atendimento Educacional Especializado (AEE), que seja um suporte para que a educação inclusiva ocorra em nosso país. Um dos fatores de relevância para o alcance deste objetivo é o um trabalho colaborativo entre professores do AEE e professores da sala regular. Assim, este texto tem como objetivo mostrar como as professoras da rede regular de ensino compreendem o AEE na escola.

Diante deste quadro, o presente artigo destaca as resoluções e decretos que amparam o atendimento educacional especializado, em seguida, apresenta o método utilizado na pesquisa e finaliza com a análise das entrevistas com as professoras de escolas municipais da cidade de Foz do Iguaçu a respeito do trabalho realizado nas salas de recursos multifuncionais.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Os documentos que atualmente subsidiam a política de inclusão por meio dos serviços especializados são, principalmente, a Resolução nº 4, de outubro de 2009, que Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e o Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011, p. 12) que dispõe sobre a educação especial, atendimento especializado e outras providências.

O atendimento educacional especializado (AEE), de acordo com o Artigo 1º da Resolução nº 4/2009, é aquele “ofertado nas salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” e tem como função complementar ou suplementar a formação dos alunos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Garcia (2008, p. 18) explica que “[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes.” Com o respeito à diversidade, o objetivo do trabalho educacional deve ser o de permitir acesso à educação a todas as crianças, jovens e/ou adultos.

O público-alvo do AEE são alunos com deficiência; com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Quanto ao atendimento a ser realizado, na Resolução 4/2009, o artigo 5º prevê que o mesmo seja

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a

Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

O Artigo 8º assegura que os alunos matriculados em classe comum do ensino regular e que tiverem matrícula concomitante no AEE serão contabilizados duplamente no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme o Decreto nº 7.611 de 2011.

Cabe ressaltar que o AEE não é uma ideia nova, já que a sala de recursos foi criada na Educação Especial brasileira na década de 1970, com o intuito de integrar os alunos com deficiência no ensino regular. Neste sentido, Arnal (2007, p. 55) pontua:

[...] a proposta de sala de recursos visava, por um lado, a superar o persistente hiato entre a Educação Especial e a integração dos alunos deficientes, oferecendo um modelo simultaneamente operatório e decorrente das necessidades específicas de cada deficiência e, por outro, apontava para uma normalização das condições de escolarização para indivíduos muito diferentes.

No entanto, naquele momento, o atendimento educacional oferecido nas salas de recursos se pautou em uma prática que tinha a deficiência como ponto de partida, com “[...] a perspectiva de integração, um espaço diferenciado de ensino e indicativos concretos de atendimento diferenciado das possibilidades de aprendizagem dos alunos com deficiência.” (SILVA, 2003, p. 23).

Com a defesa da inclusão escolar, atualmente, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) dá ênfase aos serviços especializados aos alunos que apresentam necessidades educativas especiais.

As salas de recursos foram criadas pela necessidade de apoio ao aluno que possuía alguma deficiência ou necessidades educacionais especiais e que participavam do processo de inclusão escolar. Este atendimento, a princípio era destinado somente aos alunos que frequentavam as séries iniciais do ensino fundamental; e, atualmente, foi estendido para todos os anos do ensino fundamental (BARRETO, 2008).

Além das salas de recursos, o governo lançou o programa sala de recursos multifuncionais. A sala de recursos multifuncionais (SRM) é “[...] um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com

formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais.” (ALVES, 2006, p. 14), e cujo objetivo é oferecer um atendimento especializado aos alunos que apresentem alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, no seu processo de aprendizagem. Este projeto foi iniciado em 2005, prevendo a implantação de salas com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos funcionais e adequados às pessoas que deles irão dispor, tais como computadores, impressoras, lupa eletrônica, dominó com texturas, dentre outros.

A exemplo do atendimento anteriormente abordado, este pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos. O intuito é de que neste sistema os alunos sejam beneficiados com os recursos disponíveis nessas salas. O professor responsável pela mediação na SRM deve ser especializado, ou seja, com pós-graduação, graduação ou cursos de formação continuada nas áreas específicas de Educação Especial, conforme Resolução do CNE/CEB nº 2/2001.

O desafio para esse profissional é o desenvolvimento de “[...] estratégias de aprendizagem, centradas em um novo saber pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos.” (ALVES, 2006, p. 13). Não pode ser um ambiente com repetições de atividades desenvolvidas na sala de aula regular. O professor que irá trabalhar nestas salas tem as seguintes atribuições descritas no Artigo 13º da Resolução nº 4, de outubro de 2009:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

Para o ensino nas SRM, é importante que o professor organize estratégias que atendam a especificidade dos alunos que lhe são atribuídos. Para isto, é necessário que este profissional tenha conhecimentos acerca de:

[...] Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais – Libras, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros (ALVES, 2006, p. 17).

Compreendemos que as atribuições aos professores que irão trabalhar em SRM são muitas e, quase que humanamente impossíveis de serem alcançadas em sua totalidade por um único docente. Assim, é preciso que haja uma formação inicial e continuada que auxilie o professor neste processo.

O Decreto nº 7.611/11 dispõe sobre a educação especial, atendimento especializado e outras providências e é composto por 11 Artigos. O primeiro Artigo destaca o dever do Estado em relação à educação das pessoas que necessitam da educação especial e determina as suas diretrizes.

Tal decreto cuja base se alicerça na educação inclusiva prevê o atendimento da pessoa com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades nas escolas comuns. Seus artigos, do 2º ao 6º, tratam do atendimento educacional especializado, com os seguintes objetivos:

Art. 3º [...]

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, p. 12).

É fundamental que o AEE seja estendido a todos os alunos que possuam alguma necessidade especial, a fim de que suas necessidades educacionais sejam atendidas com o intuito de que a aprendizagem seja efetivada.

De acordo com dados da Secretaria de Educação (MEC, online), de 2005 a 2009 foram autorizadas 15.551 salas de recursos multifuncionais, atendendo 4.564 municípios brasileiros. Destas salas 5.551, estavam funcionando em 2009 e as outras 15.000 estavam em processo de licitação, com previsão de entrega até 2010 (BRASIL, 2009b, p. 21).

O Estado do Paraná, onde se encontra a cidade de Foz do Iguaçu, tem oferecido atendimento especializado desde 2003. De acordo com matéria publicada no *site* dia a dia educação, intitulada *Conselho Nacional consolida trabalho de inclusão no Paraná*, já estão em funcionamento 819 salas de recursos para alunos de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental. Em todos os 399 municípios, os alunos com necessidades educacionais especiais têm acesso à educação, tanto que “A matrícula destes alunos na rede pública estadual cresceu 108,39% do final de 2002 (17.796 alunos) para início de 2009 (37.086 alunos) [...]” (PARANÁ, 2009, online).

Na cidade de Foz do Iguaçu, de acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Educação, em 2012 havia 40 salas de recursos multifuncionais, com o atendimento a 1008 alunos. Mas com este atendimento tem sido compreendido pelos professores e professoras que trabalham com alunos com NEE nas salas regulares?

MÉTODO

Esta pesquisa é parte de um estudo de doutorado intitulado *Educação inclusiva em contexto de fronteira: políticas e práticas*, e foi aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual Maringá (COPEP), Parecer nº 278/2011.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ou seja, que parte do pressuposto de que “[...] as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 131). Assim, para analisarmos como o

AEE tem sido compreendido pelas professoras das salas regulares em Foz do Iguaçu contamos com a realização de estudo teórico e de trabalho de campo.

O trabalho teórico foi constituído por pesquisa em documentos legais que amparam o AEE a fim de pontuar suas principais características e formas de funcionamento; e nos escritos de Garcia (2008); Barreto (2008); Alves (2006) e Mendes (2002) que apresentam pesquisas na nesta área.

A investigação de campo foi realizada com a utilização da técnica de entrevista semiestruturadas. A entrevista, por sua natureza interativa, “[...] permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os profundamente.” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 168).

O primeiro passo para a seleção dos participantes deste trabalho foi o levantamento do número de alunos matriculados em cada escola municipal de educação da cidade de Foz do Iguaçu. Foram selecionadas as cinco escolas que apresentavam o maior número destas matrículas. Em seguida todas as professoras que trabalhavam com estes alunos foram convidadas a participar deste estudo, totalizando 24 entrevistas.

As entrevistas foram realizadas nas escolas elencadas, no momento da hora-atividade das professoras. Os locais cedidos pelas instituições foram os mais diversos: salas de aula, biblioteca, sala de professores e sala da coordenação. Foram gravadas e transcritas para que não houvesse perda de informações. Após as transcrições as gravações foram apagadas. Abaixo apresentamos um quadro com as principais características das professoras que fizeram parte deste estudo:

Quadro 1: Características das Professoras Entrevistadas

PROFESSOR	ESCOLA	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	TEMPO NO MAGISTÉRIO	NÚMERO DE ALUNOS
1	A	Letras	Didática e Metodologia	10 anos	26 alunos
2	A	Letras	Literatura	10 anos	28 alunos
3	A	Pedagogia	-----	1 ano	27 alunos
4	A	Normal Superior e Administração	Psicopedagogia e Ensino da Matemática	10 anos	28 alunos
5	A	Desenho e artes plásticas	Alfabetização	22 anos	33 alunos 30 alunos
6	A	Pedagogia	Metodologia	1 ano	26 alunos
7	A	Pedagogia	Ecoturismo	22 anos	27 alunos

8	B	Pedagogia	Educação Especial	5 anos	21 alunos
9	B	Normal Superior	Educação Infantil	18 anos	29 alunos 24 alunos
10	B	Pedagogia	Educação Infantil	23 anos	28 alunos
11	B	Pedagogia	Alfabetização e Métodos e Técnicas em Educação	10 anos	31 alunos
12	B	Pedagogia	Educação	10 anos	31 alunos
13	B	Letras	Educação Infantil	20 anos	25 alunos
14	B	Letras	Supervisão Escolar	22 anos	25 alunos
15	C	Letras	Educação infantil e Educação Especial	27 anos	24 alunos
16	C	Normal Superior	Educação Especial e Alfabetização	10 anos	17 alunos
17	C	Normal Superior	-----	20 anos	24 alunos
18	C	Letras	Língua Portuguesa e Literatura	10 anos	27 alunos
PROFESSOR	ESCOLA	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	TEMPO NO MAGISTÉRIO	NÚMERO DE ALUNOS
19	D	Matemática	-----	18 anos	28 alunos
20	D	Letras	Pré-escola e Alfabetização	21 anos	30 alunos 24 alunos
21	E	Letras	Alfabetização	19 anos	23 alunos
22	E	Pedagogia	-----	11 anos	26 alunos
23	E	História	Educação Infantil, Didática, Alfabetização e Inclusão	27 anos	21 alunos 21 alunos
24	E	Ciências Biológicas	-----	10 anos	31 alunos

Fonte: Dados coletados nas entrevistas

Com a realização da atividade teórica e o trabalho de campo foi possível realizar algumas reflexões acerca do AEE na visão das professoras das classes regulares.

ANÁLISE DOS DADOS

Com o levantamento e a e comparação dos referidos dados verificou-se que, embora as professoras possuam graduação e dezenove (19) delas pós-graduação, esta formação não atende às especificidades do processo da educação inclusiva. Grande parte das professoras tiveram sua formação, há diversos anos atrás e, por isso, muitas não tiveram nenhuma leitura em sua formação inicial sobre o ensino da pessoa com deficiência. Constatou-se, também, que o número de

alunos existente em sala de aula dificulta o atendimento individualizado nesse espaço educacional.

A sala de recursos multifuncionais é compreendida por esse grupo de professores como um apoio aos alunos em processo de inclusão. Vinte e uma das professoras entrevistadas destacaram que seus alunos frequentam o AEE e que este atendimento tem propiciado um aprendizado mais significativo a eles:

O J. ele só pergunta, porque ele já tem um acompanhamento na sala de recursos, então, ele já vem com as dificuldades dele sanadas [...]. Vem no contra turno, no reforço, são acompanhados pela professora que é pós-graduada (PROFESSORA 9).

A sala de recursos multifuncionais, como dito anteriormente, é um programa do Governo Federal com a função de atender aos alunos em suas especificidades, para complementar ou suplementar a base curricular comum, com professor com formação específica na área de educação especial. Não se trata de um reforço escolar, mas uma forma diferenciada de aprendizagem com a utilização de materiais diferenciados (ALVES, 2006).

Das professoras entrevistadas, somente uma pontuou que realiza um trabalho conjunto com a professora da sala de recursos. Mendes (2002) considera o trabalho colaborativo entre o professor da sala regular e o professor da educação especial uma forma de se alcançar êxito na aprendizagem dos alunos com deficiência. A resposta de uma das professoras corrobora os apontamentos anteriores:

No caso que eu vejo o que ele precisa e eu e a professora do contra turno vamos atrás de algum material, alguma coisa que a gente conheça, das professoras do ano anterior, alguma coisa que deu certo (PROFESSORA 16).

Nesse processo, o professor da sala regular, responsável pela educação de todos os alunos, pode se apoiar em estratégias e recomendações do professor do ensino especial, delineando as formas de mediação e adaptações necessárias para o aprendizado. O professor regente da sala regular precisa ter ciência de que este atendimento especializado não substitui a sua função de ensino. É necessário que haja uma atuação colaborativa entre os profissionais que atuam com a criança com deficiência.

As professoras entrevistadas apontaram que mesmo com a oferta do AEE pelas escolas municipais de Foz do Iguaçu, quatro fatores interferem de forma negativa nesse processo.

O tempo de espera para que o aluno seja avaliado para ser encaminhado à SRM é o primeiro fator destacado. Esta avaliação é realizada por uma equipe da Secretaria Municipal de Educação Especial, composta por quatro pedagogas e uma psicóloga, em seguida ao pedido do professor regente. Após a avaliação por esta equipe o aluno é encaminhado para o atendimento, no contra turno, de uma a quatro vezes por semana.

O segundo fator refere-se à oferta deste atendimento que não ocorre em todas as escolas, assim, o aluno que precisa do AEE e não possui sala de recursos multifuncionais em sua escola é encaminhado para a escola mais próxima. A dificuldade de acesso faz, de acordo com a fala das professoras, com que os alunos não frequentem o contra turno.

O terceiro fator corresponde ao número insuficiente de vagas, o que impede que alguns alunos tenham acesso ao atendimento especializado. Quando os estudantes apresentam um rendimento satisfatório, são retirados do programa, mesmo que ainda necessitem de auxílio. As professoras, contudo, têm lutado para que eles permaneçam enquanto necessário, conforme relata a Professora 12:

Eles frequentavam a sala de recursos, mas foram tirados. Agora depois de muito esforço, conversando com a professora da sala de recursos ela irá atendê-lo duas vezes por semana. Insisti bastante. Vai atender um só (PROFESSORA 12).

Infelizmente, ainda acontece a falta de vagas, mas de acordo com a Secretaria Municipal de Educação Especial, este problema está sendo resolvido. A alegação é de que o número de vagas é suficiente, mas em locais que ficam distantes dos alunos que necessitam deste atendimento. Como explica a Professora 18:

Eles recebem atendimento no contra turno na sala de recurso, só que acabam faltando. É até negativo, porque foram para a sala normal, digamos, e acabaram faltando daí na sala de recursos porque já acham que não tem mais dificuldade e não precisam desse atendimento. Isso acaba prejudicando também, né.

Além da falta de vagas, algumas famílias não incentivam os filhos a frequentar a SRM e, em função disso, o aprendizado dessas crianças fica prejudicado. Quando os alunos matriculados na SRM começam a faltar muito (cerca de cinco faltas consecutivas) pode ocorrer seu desligamento no AEE e sua vaga vai para outra criança que precisa e está aguardando esse atendimento.

A falta de apoio da família na participação do filho no AEE, muitas vezes acontece pelo fato de os pais necessitarem o auxílio das crianças, seja para o cuidado dos irmãos mais novos, como o auxílio nos afazeres da casa. Muitos também não compreendem a importância deste atendimento para a aprendizagem e desenvolvimento de seu filho que possui NEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atendimento Educacional Especializado tem sido compreendido pelas professoras da sala regular como importante serviço para a aprendizagem do aluno em processo de inclusão. As salas de recursos multifuncionais trazem a oportunidade de aquisição de conhecimentos de forma lúdica, com materiais diferenciados e professor com formação em educação especial.

É preciso ainda que o professor da sala regular compreenda que este não é um ambiente de reforço, ou seja, de reprodução das matérias e atividades de sala de aula. Outro fator de destaque é que existe a necessidade de um trabalho colaborativo entre sala regular e sala de recursos multifuncionais.

Entendemos que um dos motivos que distanciam os professores das salas regulares e da SRM é a diferença salarial, pois, na cidade de Foz do Iguaçu, os professores da SRM recebem um acréscimo de 50%. Esta realidade faz com que o ensino dos alunos com NEE seja compreendido como responsabilidade do professor da SRM, já que recebe para este atendimento.

Dentre outras ações é imperioso um processo mais ágil na avaliação dos alunos que apresentam a necessidade de participação no AEE e que conte com a atuação de uma equipe multidisciplinar, com um número de profissionais que tenham a possibilidade de realizar um diagnóstico responsável.

Outro aspecto consiste no trabalho a ser realizado pelo poder público quanto ao número de vagas e à oferta deste serviço em todas as escolas, para facilitar a participação do aluno, que, por vezes, não consegue se deslocar para

outras escolas. Cabe, ainda, apontar a necessidade de uma real participação da equipe pedagógica da escola no processo de conscientização dos pais, dos professores e da comunidade escolar, acerca da importância deste atendimento para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais**: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: Ministério da Educação : Secretaria de Educação Especial, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ARNAL, Leila de Sousa Peres. **Educação escolar inclusiva**: a prática pedagógica das salas de recursos. 2007 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

BARRETO, Lúcia Cristina Dalago. **Sala de recursos**: um estudo a respeito da aprendizagem da leitura por alunos com dificuldades escolares. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E. p. 39-40.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2009, de 2 outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2009a. Seção 1. p. 17.

_____. Secretaria de Comunicação Social. **Destaques**: ações e programas do Governo Federal. jul./ago. 2009b. Disponível em: <http://wikicoi.planalto.gov.br/coi/Caderno_Destaques/Destaque_julho09.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. p. 12. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 11 dez. 2011.

GARCIA, Rosalba Maria C. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise

Meyrelles de (Org.). **Educação especial**: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MEC. **Implantação de salas de recursos multifuncionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12295&Itemid=595>. Acesso em: 20 jul. 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, Marina S.; MARINS, Simone C. (Org.). **Escola inclusiva**. São Paulo: EdUFSCAR, 2002.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Conselho Nacional consolida trabalho de Inclusão no Paraná**. 8 out. 2009. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1208>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **As relações entre ensino, aprendizagem e deficiência mental desenhando a cultura escolar**. 2003. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.